

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Ao longo do último ano, a luta contra o terrorismo e a prevenção do extremismo violento têm sido prioridades da União Europeia, em consonância com a Estratégia Mundial contra o Terrorismo e o Plano de Ação para Prevenir o Extremismo Violento das Nações Unidas.

Em 16 de Março deste ano, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, prometeu, em Addis Abeba, mais apoio da União Europeia aos países africanos na luta contra o terrorismo, assumindo o compromisso de apoiar os desafios comuns da paz. Defendendo, ainda, neste contexto, uma forma prudente e respeitadora de apoio por parte da Europa, mencionado que *são os países africanos que melhor sabem quem são os terroristas e onde operam*, adiantando que *a cooperação se centrará em áreas como a capacitação de forças militares, a troca de informações e a vigilância*.

Importa, pois, sublinhar, mais uma vez e, com preocupação, que África enfrenta a atuação de grupos jihadistas em vários pontos do continente, nomeadamente em Moçambique. Por conseguinte, sublinha-se, neste âmbito, que a União Europeia foi, durante os últimos 15 anos, o maior investidor na paz e na segurança em África com uma contribuição de mais de três mil milhões de euros. A Europa e a África são, pois, dois aliados. Há um vínculo histórico, sendo partilhados muitos desafios atuais.

Neste contexto, lembrar-se, ainda que a 19 de junho, o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, informou que *Portugal está disponível para a construção de uma solução internacional que permita a Moçambique lidar melhor com os ataques terroristas no norte do país. Temos disponibilidade para participar na construção de uma solução de apoio internacional a Moçambique para defesa da integridade territorial, soberania e defesa das populações, por ordem crescente de importância*.

Aliás, estas declarações do Senhor Ministro de Estado e dos Negócio Estrangeiros, surgem na mesma altura em que o Instituto para a Transformação Global, fundado pelo antigo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, defendeu que os ataques de grupos insurgentes no norte de

Moçambique devem ser enfrentados a curto prazo por uma força militar para evitar que a situação fique fora de controlo, alertando para a urgência de uma intervenção perante a deterioração da situação na província de Cabo Delgado, em Moçambique, que atribui ao grupo terrorista Ansar al-Sunna, afiliado aos extremistas islâmicos do autoproclamado Estado Islâmico.

Referir ainda, nesta sequência, as declarações do Senhor Ministro da Defesa Nacional, proferidas no dia 24 de junho, na Assembleia da República, na Comissão de Defesa Nacional, em que *admite o apoio de Portugal a Moçambique face à situação no norte do país e dos grupos armados, mas isso depende de um pedido do governo de Maputo*. E disse mais: *não existe na União Europeia e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa qualquer ideia de uma intervenção de apoio (...)*.

Ora, o PSD lamenta, com preocupação, que não exista determinação na tomada de posição. Não basta seguir apenas *com apreensão* o agravamento da situação humanitária no norte de Moçambique, com uma crescente insegurança das populações locais e a rápida multiplicação do número de deslocados internos.

Nesta sequência, relembramos que:

- i) A Política Comum de Segurança e Defesa, que se rege pelos artigos 42º a 46º do Tratado da União Europeia, levou ao destacamento de missões no estrangeiro para preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.
- ii) A União Europeia apoia iniciativas e atividades de luta contra o terrorismo no continente africano;
- iii) A insegurança em várias regiões de África é prejudicial tanto para o desenvolvimento dos países da região como para os interesses da União Europeia;
- iv) A Política Comum de Segurança e Defesa é um instrumento da UE destinado a enfrentar os desafios decorrentes de conflitos armados, instabilidade política, terrorismo, criminalidade organizada e migração ilegal;
- v) No âmbito desta política, a União Europeia desenvolve missões civis em zonas de grande insegurança;
- vi) A União Europeia, em meados de abril, referiu que segue com apreensão o conseqüente agravamento da situação humanitária no norte de Moçambique, com uma crescente insegurança das populações locais e a rápida multiplicação do número de deslocados internos.

Assim,

Atendendo ao exposto, e tendo em conta o estipulado no artigo 156.º, alínea d) da Constituição da República Portuguesa, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

- 1) O Governo está disponível para encetar uma ação de sensibilização junto da União Europeia, no sentido de alertar para a gravíssima situação humanitária e de insegurança que se vive no norte do país, tendo sempre em consideração o profundo respeito pela soberania de Moçambique?

2 - O Governo sabe se a União Europeia prevê, através do Serviço Europeu para a Ação Externa, alguma ação no âmbito da ajuda humanitária, à grave situação de crise no norte de Moçambique?

3) Pode o Governo informar se está previsto que Portugal, ao abrigo do artigo 44º do Tratado da União Europeia, preste ajuda/apoio a Moçambique, contribuindo deste modo, para a promoção da paz?

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2020

Deputado(a)s

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

ÁLVARO ALMEIDA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

SÉRGIO MARQUES(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

ANDRÉ NEVES(PSD)